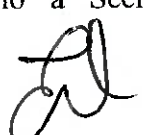
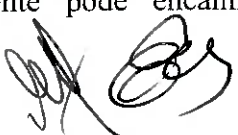



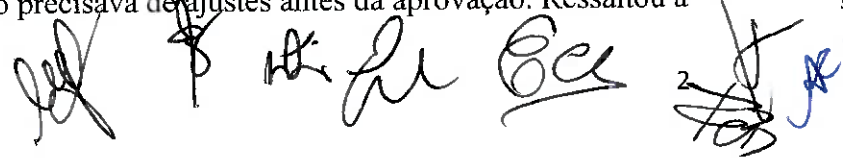
530ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

No dia 20 de março de 2025, às 9h30, na Casa dos Conselhos, situada na Av. Oliveira Lima, 813, Soledade, Recife/PE, teve início a reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC, de forma presencial, considerando ser a 530ª. Presentes à reunião ordinária, conforme lista de presença, os (as) seguintes Conselheiros (as) Titulares: **Ana de Fátima Braga Barbosa; Antiógenes Viana de Sena Júnior; Augusto Ferrer de Castro Melo; Cláudio Brandão de Oliveira; Elinildo Marinho de Lima; Harlan de Albuquerque Gadêlha Filho; Luiz Otávio de Melo Cavalcante; Maria Elizabeth Santiago de Oliveira; Maria Teresa Caminha Duere.** Conselheiros (as) suplentes: **Ana Paula Nebl Jardim; Cristiane Feitosa Cordeiro de Souza; Edmilson Cordeiro dos Santos; Rinaldo Carvalho Barbosa.** **PAUTA: 01.** Pedido de Tombamento - Casa Garanhuns (Conselheiro Harlan Gadêlha); **02.** Processo sobre a Missa do Vaqueiro; **03.** Validação da Carta (revisada pelos Conselheiros Elinildo Marinho e Harlan Gadêlha), que será encaminhada à Governadora do Estado; **04.** Leitura e aprovação das minutas 2025 do CEPPC. **Ana Barbosa** iniciou a reunião saudando a todos e seguindo a pauta, informou que o primeiro item seria o pedido de tombamento de uma casa em Garanhuns, apresentado pelo conselheiro Harlan. Explicou que, conforme a legislação, qualquer pessoa pode solicitar um tombamento e que, no caso, o Conselho iria analisar e encaminhar diretamente para a Fundarpe, sem necessidade de aval da secretária. Em seguida, abordou o processo da Missa do Vaqueiro, que havia sido discutido em uma reunião virtual, antes do carnaval, com a participação de Marcelo Renan, que havia explanado sobre a questão, e o Conselho aprovou a abertura do processo de ofício pela Fundarpe. O processo já estava formalizado e seria encaminhado para os devidos trâmites, considerando que, embora a ALEPE tenha concedido um título, a celebração ainda não estava reconhecida dentro da política de Patrimônio. Outro ponto mencionado foi a revisão da carta pelos conselheiros Elinildo e Harlan, discutida na visita à Casa Xambá. Explicou que o documento extrairia os pontos focais do material apresentado por Elinildo e seria validado para envio à Governadora com um pedido de audiência. Por fim, mencionou a análise de algumas minutas relacionadas às publicações do Conselho, incluindo a resolução da mesa diretora, a organização dos grupos de trabalho, a revalidação de parteiras e do choro. Após essa introdução, concedeu a palavra ao conselheiro Harlan para iniciar a apresentação do primeiro item da pauta. **Harlan Gadêlha** explicou que a lei permite que pedidos de tombamento ou registro sejam encaminhados tanto ao Conselho quanto à Secretaria de Cultura, que têm a mesma competência para deferir ou indeferir a solicitação. Ele ressaltou que qualquer cidadão ou instituição pode fazer esse pedido e citou o caso do Instituto Histórico de Garanhuns, que solicitou o tombamento de um casarão. Destacou ainda que o Conselho não realiza o tombamento, apenas encaminha o pedido para a Fundarpe, que faz o estudo necessário. Após essa explicação, iniciou sua apresentação (**anexo**). Após a apresentação de Harlan e aberto o debate, o Conselho decidiu não acatar o pedido, por entender que o requerente pode encaminhá-lo à Secretaria de Cultura e ter



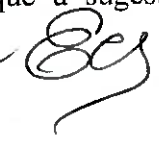
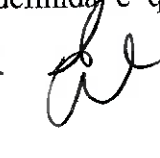
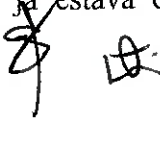
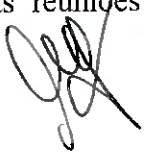
530ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

protagonismo. **Ana Barbosa** deu início ao item 2 da pauta, que tratava do processo sobre a Missa do Vaqueiro. Ela informou, com base na colocação de Ana Jardim, que já havia um representante da Secult confirmado para participar da audiência pública na terça-feira e que ele poderia, posteriormente, trazer as informações ao grupo em uma reunião. Além disso, destacou que, caso a audiência fosse transmitida on-line, seria possível levantar essa informação para que aqueles interessados pudessem acompanhar e participar. **Elinildo Marinho** pediu a palavra e disse que teria disponibilidade para participar da audiência pública e que considerava de extrema importância a presença do Conselho. Após a fala de Elinildo, **Ana Paula Jardim** afirmou que analisaria a possibilidade e retornaria com mais informações. **Amanda Carneiro** destacou que a carta-convite foi emitida em 14 de março, mas o Conselho a recebeu apenas no dia 19, o que dificultou a organização para a participação. Diante disso, solicitou que futuros convites, independentemente do local do evento, fossem enviados com antecedência, permitindo melhor planejamento dentro das limitações existentes. Ela ressaltou que é de total interesse do Conselho garantir representação nesses espaços e que, como secretária, se preocupa em repassar todas as informações recebidas. Enfatizou a importância da presença do Conselho nesses ambientes para atualização e participação ativa. Por fim, alertou que, devido ao cronograma e à logística da Secult, convites de última hora poderiam resultar na impossibilidade de atender às demandas. **Cristiane Feitosa**, explicou que a Fundarpe está acompanhando o processo dentro de suas atribuições e mantém diálogos com os conselheiros. Mencionou que, na última reunião, Marcelo Renan esteve presente para prestar esclarecimentos. Além disso, destacou que a Fundarpe também está atuando na questão e reforçou a importância da autonomia do Conselho nesse contexto. **Ana Barbosa** confirmou que Elinildo foi escolhido pelo Conselho como representante para coletar informações e trazer para o grupo. Caso ele não pudesse comparecer, o que ela considerava improvável, haveria a possibilidade de acompanhar a transmissão. Além disso, sugeriu uma terceira alternativa: se Elinildo estivesse presente, avaliar a viabilidade de transmitir a reunião pelo celular, permitindo que outros interessados pudessem acompanhar, desde que as condições técnicas permitissem. Ela concluiu informando que a decisão seria confirmada com a Secult. Em seguida, avançou para o item 3 da pauta, que tratava da validação da carta revisada pelos conselheiros Harlan e Elinildo após a visita à Casa Xambá. Explicou que a carta seria anexada ao ofício para solicitar uma audiência com a Governadora, reforçando a necessidade de validar o documento antes de enviá-lo ao Palácio. **Elinildo Marinho**, antes de iniciar a leitura, destacou que a carta foi revisada com base no que foi pactuado na última reunião na Casa Xambá, no Terreiro Pai Ivo. Ele explicou que incluiu os quatro pontos anotados por Amanda, além de outras questões levantadas durante a reunião, conforme pôde recordar. Mencionou que as contribuições vieram de Pai Ivo, Mãe Beth, Betânia e demais conselheiros presentes. Em seguida, deu início à leitura da carta (**anexo**). **Elizabeth Santiago** (Mãe Beth) destacou a importância da escuta realizada, mas apontou que o ofício precisava de ajustes antes da aprovação. Ressaltou a



530ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

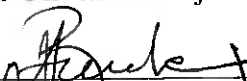
relevância das quatro pautas apresentadas, com unanimidade na demanda pela delegacia, a ampliação positiva da creche e a necessidade de envolver o Ministério Público na questão da vara. Além disso, sugeriu incluir dois temas fundamentais: educação e comunicação. Criticou a presença de grupos religiosos nas escolas públicas durante os intervalos, considerando isso uma violação do direito ao credo e um exemplo de racismo religioso. Também alertou sobre discursos extremistas na mídia que incentivam ataques a terreiros, cobrando ação do governo. Concluiu afirmando que esses dois temas eram tão essenciais quanto os quatro já estabelecidos. **Elinildo Marinho** sugeriu uma contraproposta em relação às questões levantadas por Mãe Beth. Ele explicou que já havia elaborado duas propostas para esses temas, mas não as incluiu na carta, pois o foco inicial estava nos quatro eixos definidos. Mencionou que trabalhou esses pontos junto com Harlan e propôs enviar as sugestões para Mãe Beth revisar. Caso ela aprovasse, ele as encaminharia ao grupo do Conselho para validação. Com a aprovação do grupo, as propostas seriam incorporadas à carta antes de seu encaminhamento. **Teresa Duere** destacou a importância das questões levantadas por Mãe Beth, especialmente sobre a falta de acolhimento de denúncias pelo Ministério Público e a necessidade de incluir a Defensoria Pública na carta. Ela também ressaltou a dificuldade em comunicar a questão de forma clara e sugeriu que a reunião com a Governadora fosse mais restrita e objetiva, evitando a presença de muitos grupos para garantir um diálogo mais produtivo. Além disso, propôs que a Governadora já estivesse acompanhada do chefe do Ministério Público e da Defensoria para encaminhamentos mais efetivos. **Ana Barbosa** recordou que, na reunião anterior, a Secretária Cacau mencionou que alguns temas poderiam ser encaminhados a outras Secretarias de Governo. Ela expressou preocupação de que, ao tentar abranger tudo, o grupo acabasse sem avançar. Sugeriu revisar a carta, incluir os dois itens adicionais de forma objetiva e evitar complexidades que pudessem dificultar o encaminhamento. Destacou que o principal objetivo era garantir uma audiência com a Governadora e propôs focar na revisão da carta e encaminhá-la, deixando outros temas para serem tratados posteriormente com as diferentes Secretarias. **Harlan Gadêlha** apresentou uma proposta de ofício do Conselho para o Desembargador Eudes Viana e outro para o Procurador-Geral de Justiça, Doutor José Paulo. Ambos os ofícios foram votados e aprovados pelo Pleno. **Elizabeth Santiago** (Mãe Beth) enfatizou a gravidade da situação, que não se restringia a Olinda ou Pernambuco, mas era um problema nacional. Ela destacou a importância da carta, pois apresentava questões essenciais que exigiam resposta da Governadora. Mãe Beth mencionou a urgência da questão e sugeriu trazer a procuradora Dra. Bernadete para a próxima reunião, a fim de fornecer um relato técnico sobre a falta de acolhimento de denúncias pelo Ministério Público. Citou também Vera Baroni, que alertou sobre a baixa resolução de casos devido à omissão da instituição. Por fim, reforçou a necessidade de reunir embasamento jurídico sólido antes da reunião com a Governadora, garantindo uma abordagem fundamentada e eficaz. **Ana Barbosa** lembrou que a programação das reuniões já estava definida e que a sugestão da



530ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC


conselheira Elizabeth, de trazer a representante do Ministério Público, precisaria ser ajustada à agenda já estabelecida. Ela anunciou que Elinildo revisaria o documento e o disponibilizaria no grupo, e que os dois ofícios sugeridos pelo conselheiro Harlan, para audiência com o Ministério Público e o Tribunal de Justiça, estavam aprovados. Sobre a leitura e aprovação das minutas da mesa diretora e dos GTs, Ana Barbosa mencionou que, devido ao horário avançado, poderiam optar por analisá-las rapidamente ou deixar para a próxima reunião. O Conselho decidiu adiar a leitura para a quinta-feira seguinte, com a reunião presencial marcada para as 9h30 na Casa dos Conselhos. Após **Amanda Carneiro** apresentar os pontos de pauta sugeridos, ela solicitou ao Pleno a definição da próxima reunião. O Conselho definiu que a pauta incluiria a leitura e aprovação das minutas, o pedido de tombamento das trincheiras das heroínas de Tejucupapo e a apresentação da Rede de Museus de Pernambuco. Além disso, foram mencionados outros assuntos, como a atualização do sistema de incentivo à cultura, a situação dos conselhos municipais de cultura e a importância da participação do Conselho em eventos e discussões relevantes. Nada mais a tratar, deu por encerrada a reunião, **Ana de Fátima Braga Barbosa** e eu **Amanda Oliveira de Araújo Carneiro**, Secretária, lavrei a presente ata, que depois de achada conforme, será assinada por mim e pelos (as) demais presentes na reunião.


Amanda de Oliveira Araújo Carneiro (Secretária)

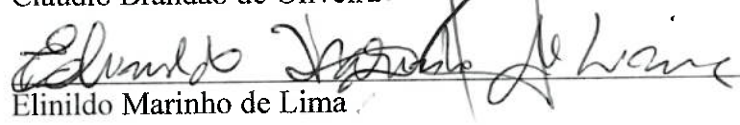

Ana de Fátima Braga Barbosa (Presidente)


Maria Teresa Caminha Duere (Vice presidente)

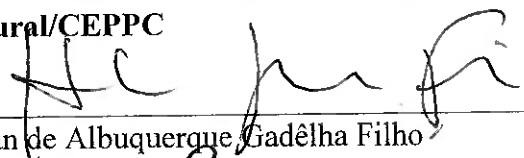

Antiógenes Viana de Sena Júnior


Augusto Ferrer de Castro Melo

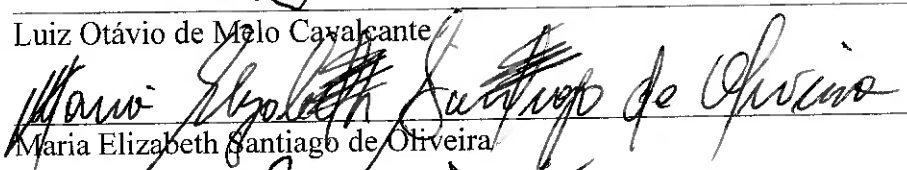

Cláudio Brandão de Oliveira

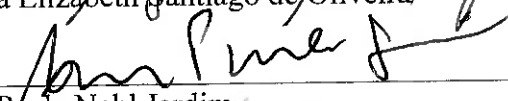

Elinildo Marinho de Lima

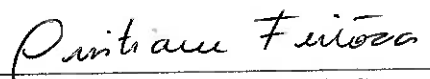
530ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

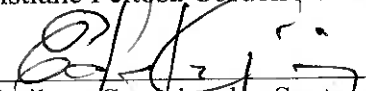

Harlan de Albuquerque Gadêlha Filho

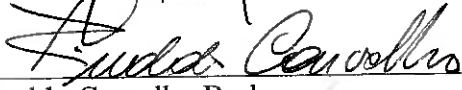

Luiz Otávio de Melo Cavalcante


Maria Elizabeth Santiago de Oliveira


Ana Paula Nebl Jardim


Cristiane Feitosa Cordeiro de Souza


Edmilson Cordeiro dos Santos


Rinaldo Carvalho Barbosa